



ELEIÇÕES

PT se mobiliza para reduzir danos

Encontro hoje entre Lula e Alckmin — quando o ex-tucano será indicado pelo PSB para vice do petista — terá o objetivo, também, de criar fato positivo após a má repercussão de declarações do ex-presidente e pesquisas apontarem crescimento de Bolsonaro

» VINÍCIUS DORIA
» TAINÁ ANDRADE
» VÍCTOR CORREIA

O PSB apresenta formalmente, hoje, ao PT, o nome do ex-governador paulista Geraldo Alckmin como pré-candidato do partido a vice-presidente da República na chapa de Luiz Inácio Lula da Silva (PT). O evento, em São Paulo, terá a presença dos principais dirigentes das duas legendas, que selaram aliança para enfrentar o presidente Jair Bolsonaro (PL), que busca a reeleição. Em princípio, a apresentação do nome de Alckmin seria mais um passo na liturgia que envolve a união de PT e PSB para o pleito de outubro. Mas, diante de uma semana em que o noticiário foi pouco favorável à candidatura petista, o encontro de hoje terá como objetivo, também, injetar ânimo na pré-campanha. Não será, ainda, o lançamento oficial da chapa Lula-Alckmin, que deve ocorrer entre o fim de abril e meados de maio.

A fala de Lula sobre aborto e a sugestão que o ex-presidente deu ao eleitor para que vá à casa dos políticos fazer pressão foram amplamente criticadas por grupos ligados ao bolsonarismo e criou constrangimento dentro do próprio PT. O ex-presidente teve de se explicar, ontem, para amenizar a repercussão das declarações. No caso do aborto, depois de se dizer favorável à prática como política de saúde pública, Lula declarou que, como pai e avô, é contra, mas defende que as mulheres possam ser atendidas pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

“É melhor ele (Lula) ficar calado. Bolsonaro fechou a boca e está subindo (nas pesquisas). Não



Eu sou contra o aborto, mas o que eu disse é que as pessoas têm esse direito”

Luiz Inácio Lula da Silva, ex-presidente

que o prejudique na campanha, mas cria ruídos, principalmente na elite política”, queixou-se um parlamentar lulista.

As declarações polêmicas de Lula somaram-se fatos da corrida eleitoral que deixaram pouco espaço para notícias positivas. O bom desempenho das legendas da base do governo no fechamento da janela partidária sinalizou palanques fortes para a campanha de reeleição do chefe do Executivo. PL, PP e Republicanos, que formam a base de sustentação de Bolsonaro, comemoraram o crescimento de suas bancadas federais. A esquerda, ao contrário, amargou perdas. O PSB, por exemplo, tinha 32 deputados no início da legislatura. Minguou nesta semana para 25. Só o PT seguiu praticamente do mesmo tamanho na Câmara.

As mais recentes pesquisas de intenção de voto também ajudaram a alimentar o otimismo do lado bolsonarista e acenderam o alerta na campanha do PT. Já sem o nome do ex-ministro Sergio Moro, cujo futuro político segue indefinido, os levantamentos confirmam a tendência de Bolsonaro herdar boa parte do eleitorado do ex-juiz da Lava-Jato. E a aprovação do governo também subiu.

Rafael Martins / AFP



Declarações de Lula sobre aborto e contra parlamentares provocaram prejuízos à campanha

Na pesquisa Genial/Quaest, divulgada ontem, a aprovação do governo Bolsonaro voltou ao seu melhor nível desde julho do ano passado, com 26%. E a avaliação negativa caiu, dentro da margem de erro, de 49% em março para 47% no início deste mês. Em um hipotético confronto no segundo turno, a diferença para o líder, Lula, cai de 18 pontos percentuais (em março) para 13 p.p. em abril (45% votariam em Lula, contra 31% em Bolsonaro).

São números semelhantes aos da pesquisa Ipspe, divulgada no início da semana. A avaliação negativa do governo Bolsonaro ficou em 54%, contra 29% de avaliação entre ótima e boa.

Terceira via

A movimentação dos partidos de centro não ligados ao bolsonarismo em direção a uma chapa única que represente a chamada terceira via também ocupou o noticiário da semana. MDB, União Brasil, PSDB e Cidadania decidiram fechar questão em torno de um nome que represente o que chamam de “centro democrático”. Se o compromisso se mantiver, o candidato à Presidência escolhido pelo grupo será anunciado em 18 de maio.

É nesse cenário pouco favorável que Lula e Alckmin reúnem os cardeais dos dois partidos aliados para um evento que também ganha contornos de estímulo à militância. A base lulista precisa se convencer de que o ex-tucano é uma boa escolha para caminhar com o petista até as eleições de outubro. Analistas apontam que sim, principalmente para quebrar resistências do empresariado brasileiro ao nome do ex-presidente.

NAS ENTRELINHAS



Por Luiz Carlos Azedo
luizazedo.df@dabr.com.br

Agenda ambiental em julgamento no Supremo

A Constituição de 1988 consagrou o nosso Estado democrático de direito como uma democracia de massas, na qual a sociedade civil também tem espaços de participação no Estado. Liquidar com essa participação foi uma das estratégias do presidente Jair Bolsonaro para implementar políticas reacionárias e/ou conservadoras e desconstruir políticas públicas modernas e democráticas, consolidadas ao longo de vários governos. Uma das áreas mais afetadas por essa estratégia foi o meio ambiente.

Entretanto, o governo começa a se deparar com as consequências jurídicas de suas ações regressivas e crimes ambientais. O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Luiz Fux, reservou quatro sessões plenárias da Corte para julgar sete ações relacionadas à proteção do meio ambiente e ao enfrentamento às mudanças climáticas. Ontem, a ministra Cármen Lúcia votou a favor da ADPF 651, que pede o restabelecimento da participação de representantes da sociedade civil no conselho deliberativo do Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA), que estabelece prioridades e diretrizes para a atuação do fundo — o mais antigo da América

Latina voltado para o meio ambiente.

A sociedade civil havia sido excluída do conselho do fundo em fevereiro de 2020, ou seja, dois meses após a posse de Jair Bolsonaro. O fundo é estratégico. Desde a sua criação, em 1989, foram aprovados 1.450 projetos socioambientais e recursos da ordem de R\$ 275 milhões, investidos em iniciativas de conservação e de uso sustentável dos recursos naturais. No mesmo voto, Cármen Lúcia também considerou inconstitucional o afastamento do conselho dos governadores da Amazônia Legal e a extinção do Comitê Organizador do Fundo da Amazônia, no qual os representantes da sociedade civil tinham assento.

Pacote verde

Ao suspender os trabalhos, ontem, o julgamento estava 4 a 1 a favor da derrubada do decreto de Bolsonaro e 3 a 2 pela derrubada dos outros dois textos. A análise deve ser retomada na última semana de abril, após os feriados da Semana Santa e de Tiradentes. Ricardo Lewandowski e Alexandre de Moraes acompanharam Cármen Lúcia. André Mendonça e Nunes Marques, ministros indicados por Bolsonaro, abriram as divergências.

PELA PRIMEIRA VEZ, O STF TOMARÁ DECISÕES DE GRANDE IMPACTO AMBIENTAL, SOBRETUDO EM RELAÇÃO À AMAZÔNIA, CUJA JURISPRUDÊNCIA TERÁ REPERCUSSÃO INTERNACIONAL

Entre as ações do Pacote Verde — como está sendo chamada o julgamento da Corte —, a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 760 é uma das mais importantes. Exige a retomada do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia (PPCDAM). Foi apresentado ao Supremo um extenso levantamento de dados e análises sobre a destruição da floresta e a desestruturação de políticas ambientais promovidas pelo governo Bolsonaro, feito por uma coalizão de 10 organizações ambientais e de direitos humanos.

Institucionalidade ambiental

A importância do julgamento é histórica. Pela primeira vez, o Supremo

tomará decisões de grande impacto ambiental, sobretudo em relação à Amazônia, cuja jurisprudência terá repercussão internacional. Além da ADPF 760 e da ADPF 651, estão em julgamento no Supremo mais as seguintes ações:

— A ADPF 735 questiona decreto presidencial que retira autonomia do Ibama na fiscalização de crimes ambientais e a transfere para as Forças Armadas pela Operação Verde Brasil;

— A ADO 54 acusa o governo federal de omissão no combate ao desmatamento;

— A ADO 59 pede a reativação do Fundo Amazônia, o repasse de recursos financeiros de projetos já aprovados e a avaliação dos projetos em fase de consulta;

— A ADI 6148 questiona resolução do Conama que estabelece padrões de qualidade do ar, sem estabelecer prazos para a mudança;

— A ADI 6808 contesta medida provisória que permite licença ambiental automática para empresas consideradas de grau de risco médio e impede que órgãos de licenciamento solicitem informações adicionais, além das informadas à Redesim (Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios).

O julgamento servirá para consolidar a institucionalidade da política ambiental brasileira, que tem uma das melhores legislações existentes, inclusive reconhecida internacionalmente. Infelizmente, a política do governo Bolsonaro para o meio ambiente é sinônimo de desastre, em todos os sentidos. Essa institucionalidade é fundamental para que o Brasil possa honrar seus compromissos internacionais e os governos, em todos os níveis, cumpram seu papel em relação ao aquecimento global. Essa agenda é um dos temas em debate no mundo e deverá voltar à pauta dos fóruns internacionais, depois da guerra da Ucrânia, que já está tendo grande impacto prejudicial ao meio ambiente.